

## ARTIGOS CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA

### **SOBRE CAPITAL E ARQUITETURA: O CAPITAL ARQUITETÔNICO NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE**

*Bruna da Cunha Kronenberger\**  
*Frederico Rosa Borges de Holanda\**

\*Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, Brasil

#### Resumo

*Pensar na sociedade e nos diversos ativos dos quais dispomos e pelos quais nos inserimos nela significa compreender as diversas dimensões que a constituem. Para Pierre Bourdieu, carece entender os vários tipos de capital (recursos, meios e capacidades) que mobilizamos para atender nossas necessidades e que caracterizam quem somos. Ao incluímos a arquitetura na constituição da sociedade, com base na Teoria da Sintaxe Espacial, defendemos que a forma como nos organizamos – corpos no espaço e no tempo – e a forma como organizamos os lugares constituem uma macroestrutura social, na qual se insere o capital arquitetônico, que é a capacidade do sujeito de mobilizar a arquitetura para seus fins. Esse capital implica possibilidades ou restrições em relação à maneira como estamos nos lugares e nos movemos neles e às condições de visibilidade do outro; ele é composto pelo capital espacial e pelo capital edílico, o primeiro referente aos espaços abertos, de acesso irrestrito, e o segundo, aos espaços fechados, de acesso restrito. Este artigo tem o objetivo de apresentar o arcabouço teórico utilizado para a construção do conceito de capital arquitetônico.*

#### Palavras-chave

*Teoria dos Capitais; Habitus; Capital Arquitetônico; Capital Espacial; Capital Edílico.*

## ARTICLES

### CITY, HISTORY AND CULTURE

# ON CAPITAL AND ARCHITECTURE: ARCHITECTURAL CAPITAL IN THE CONSTITUTION OF SOCIETY

*Bruna da Cunha Kronenberger\**  
*Frederico Rosa Borges de Holanda\**

\*Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, Brazil

#### Abstract

*Reflecting on society and the diverse assets at our disposal through which we shape our place within it signifies comprehending the multiple dimensions that constitute it. For Pierre Bourdieu, it is crucial to understand the various types of capital (resources, means and capacities) that we mobilize in order to meet our needs, and that characterize who we are. By incorporating architecture into the constitution of society, based on the space syntax theory, we argue that the way we organize ourselves – bodies in space and time – and the way we organize places constitutes a social macrostructure, into which architectural capital is inserted, which is the ability of a subject to mobilize architecture for his or her purposes. This capital entails possibilities or restrictions regarding how we occupy places and move within them, as well as the conditions that determine the visibility of others. It consists of both spatial capital and building capital, the former referring to open spaces with unrestricted access, and the latter to closed spaces with restricted access. This article aims to present the theoretical framework used to formulate the concept of architectural capital.*

#### Keywords

*Theory of Capital; Habitus; Architectural Capital; Spatial Capital; Building Capital.*

# **SOBRE CAPITAL E ARQUITETURA: O CAPITAL ARQUITETÔNICO NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE**

*Bruna da Cunha Kronenberger*

*Frederico Rosa Borges de Holanda*

## 1. Introdução

Pensar na sociedade e nos diversos recursos dos quais dispomos significa compreender as diversas dimensões que a constituem, não apenas a econômica, ainda que essa seja a base do mundo social. Para Pierre Bourdieu (2017), não conseguimos explicar a sociedade sem compreendermos o capital em todas as suas formas. Sendo algumas espécies de capital amplamente discutidas, como o capital cultural, o político, o social e o simbólico, a dimensão espacial passou a ser abordada com mais profundidade nas últimas décadas. A forma como a sociedade se organiza no espaço implica acúmulo de vantagens para uns e desvantagens para outros, ou seja, uma distribuição diferenciada de certa espécie de capital.

Ao incluir a estrutura socioespacial na constituição da sociedade, com base na Teoria da Sintaxe Espacial (TSE), defendemos que a maneira como nos organizamos como corpos ordenados no espaço e no tempo e a maneira como organizamos os lugares constituem uma macroestrutura social (Holanda, 2022). Dentro dessa estrutura, o campo da Arquitetura (com inicial maiúscula, indicando a disciplina) não se refere apenas aos prédios, mas a todo o espaço apropriado – de ruas, praças, cidades, paisagem natural. O capital arquitetônico – cheios, vazios e relações entre eles, em qualquer escala – diz respeito aos lugares enquanto recursos, atributos do sujeito, implicando possibilidades ou restrições em relação ao modo como nos apropriamos dos lugares e nos movemos neles e às condições de visibilidade do outro. Assim como as outras espécies de capital, o capital arquitetônico constitui um estilo de vida e influencia a forma como os sujeitos se apropriam tanto dos espaços públicos quanto dos privados.

Este artigo avança na comparação com escritos anteriores, na medida em que aponta as bases conceituais da noção de capital arquitetônico, inspirada em Bourdieu, e mostra como avançamos em relação aos estudos da Geografia sobre o capital espacial, ao explorarmos suas dimensões morfológicas. Ele está dividido em sete seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda, “Ponto de partida”, discute os pressupostos epistemológicos que norteiam esta pesquisa. A terceira seção, “Teoria da Sintaxe Espacial”, apresenta as bases e as lacunas da TSE relacionadas à construção do conceito de capital arquitetônico. A quarta, “A teoria de Pierre Bourdieu”, discute a teoria do sociólogo francês (1930-2002) na qual a noção de capital arquitetônico foi inspirada; nessa seção, são abordados os conceitos de capital, *habitus* e gosto. A quinta, “A dimensão espacial do capital”, traz os avanços da discussão da teoria dos capitais em relação ao campo da Geografia Urbana ao introduzir a dimensão espacial. A sexta, “Capital arquitetônico”, apresenta o conceito homônimo, que engloba o capital espacial (com desdobramentos) e o edifício, discutindo como essa espécie de capital também constitui o *habitus* e os gostos dos sujeitos. Por fim, a sétima e última seção apresenta as considerações finais, que exploram as contribuições e as limitações da pesquisa.

## 2. Ponto de partida

Os estudos no campo da Arquitetura abrangem duas vertentes: a investigação das causas e a dos efeitos (Figura 1). Partimos da compreensão de que a arquitetura (com inicial minúscula, referindo-se a uma dimensão dos lugares) resulta de um contexto social, econômico, cultural, político e ambiental, ao mesmo tempo que tem efeitos sobre o ambiente e a sociedade – a arquitetura é entendida, concomitantemente, como variável dependente e independente (Holanda, 2013).

Quanto a esses efeitos, precisamos compreender sua realidade multifacetada. Noutra oportunidade (Holanda, 2007), definimos oito aspectos de desempenho da Arquitetura que nos ajudam a compreender suas implicações em relação ao ambiente e à sociedade, a saber: aspectos funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos, topoceptivos, afetivos, simbólicos e estéticos (Figura 1). Enquanto os quatro primeiros estão ligados às implicações materiais da arquitetura, aos recursos mobilizados para a sua implantação, à interferência prática nos sujeitos em termos de sua organização no espaço e no tempo e da influência sobre o seu corpo biológico, os quatro últimos dizem respeito ao que ela nos comunica – em outras palavras, os primeiros fazem coisas, e os últimos expressam coisas.



Figura 1. Causas e efeitos da Arquitetura  
 Fonte: Adaptado de Holanda (2022).

Deve-se frisar que isso é um truque analítico, e o que importa na verdade é o espírito de sua taxonomia, não se os aspectos são exatamente oito ou se são exatamente esses. Por se tratar de uma taxonomia, como ocorre com todo construto teórico, a realidade é sempre mais nuançada que o construto – o inevitável porém necessário preço a se pagar pela teorização (Holanda, 2010, p. 28).

Esta pesquisa intenta descortinar os efeitos da arquitetura, mais especificamente os aspectos sociológicos do desempenho dos lugares (Figura 2), o que envolve responder às seguintes perguntas:

- De que modo a configuração da arquitetura influencia como indivíduos e grupos se localizam no espaço e se movem nele e, conseqüentemente, as possibilidades e as restrições para encontros e esquivações, para a visibilidade do outro e para a constituição de estruturas sociais (“sintaxe” da arquitetura)?
- Como a arquitetura constitui a vida e os nossos modos de vida?
- Como o tipo, a quantidade e a localização relativa de atividades no espaço e no tempo implicam padrões de utilização dos lugares (“semântica” da arquitetura)?

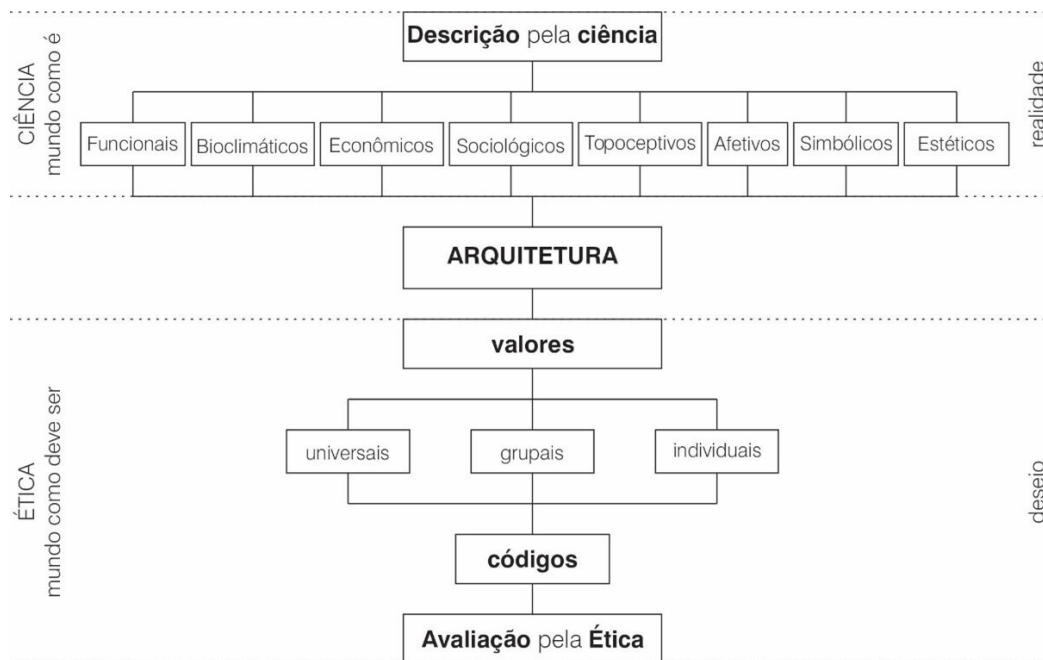


Figura 2. Ciência e ética: o mundo como é (âmbito da realidade objetiva) e o mundo como deveria ser (âmbito do desejo)

Fonte: Adaptado de Holanda (2022).

### 3. Teoria da Sintaxe Espacial

Se estamos falando em possibilidades ou restrições ao modo como estamos nos lugares e nos movemos neles e às condições de visibilidade do outro, estamos no âmbito da Teoria da Sintaxe Espacial (TSE) (Hillier; Hanson, 1984). O axioma central da TSE defende a existência de uma lógica social do espaço e de uma lógica espacial da sociedade: “*O espaço socialmente organizado pelos humanos é função de formas de solidariedade social. Organizamos o espaço visando a satisfazer e reproduzir sistemas de encontros interpessoais*” (Holanda, 2013, p. 264, grifo no original).

Bill Hillier e Julienne Hanson, principais mentores da teoria, põem a ligação entre o espaço e a sociedade no centro das atenções. Para eles, a relação entre o espaço urbano e a organização social envolve duas formulações (Hanson; Hillier, 1987): a organização do espaço pela sociedade e a organização da sociedade pelo espaço. A primeira se refere à maneira como cada sociedade transforma o seu ambiente por meio de fronteiras, objetos construídos e espaços diferenciados, resultando em identidades arquitetônicas distintas. Trata-se, portanto, de resultados concretos – residências, edifícios institucionais e assentamentos urbanos, entre outros –, relativamente fáceis de se identificar e de se falar sobre; “são produtos sociais relativamente duráveis que sobrevivem a intenções individuais e cristalizam a sociedade de forma material” (Hanson; Hillier, 1987, p. 263, tradução nossa). A

segunda formulação consiste na maneira como a sociedade se apropria do espaço, construindo padrões de encontros e esquivamentos. Tais padrões, embora momentâneos e passageiros, não devem ser vistos como meramente sociais, mas sim como fenômenos espaciais. Assim, ainda que a sociedade não se caracterize apenas por essas interações físicas, ela assume uma forma material, e, portanto, “se quisermos entender a natureza social do espaço, então devemos entender a natureza espacial da sociedade” (ibid., tradução nossa).

A TSE compreende o caráter relacional do espaço urbano, no qual, para além dos elementos que o compõem isoladamente, importa a maneira como eles estão articulados entre si (Medeiros, 2013). A configuração espacial, entendida como a articulação dos elementos de determinado sistema espacial (Bafna, 2003), é capaz de revelar relações diferenciais existentes, na medida em que diversos espaços possuem distintas condições em relação ao resto do sistema – mais próximas ou mais distantes dos demais, em média; mais na passagem entre os demais, em média, ou fora dela. Dessa forma, a configuração da malha viária é um fator importante na definição dos deslocamentos, revelando características que promovem ou restringem o movimento de pedestres e de veículos, como tem demonstrado a literatura por meio de análises empíricas (Hillier; Penn; Grajewski, 1993; Penn *et al.*, 1998; Chiaradia; Moreau; Raford, 2005; Loureiro; Medeiros, 2019; Kronenberger; Saboya, 2019).

A TSE desenvolveu técnicas para a análise da configuração espacial, entre elas o Mapa Axial, que resulta de uma matriz de interseções de linhas axiais, entendidas como as maiores linhas retas capazes de cobrir todo o sistema de espaços convexos, que são “lugares primários” do âmbito público, ou seja, aquelas porções do espaço dentro das quais podemos caminhar entre quaisquer de seus pontos em linha reta (Hillier; Hanson, 1984). O Mapa Axial é uma representação linear da configuração espacial, a partir da qual medidas que representam suas inter-relações axiais são calculadas por diferentes tipos de software com essa finalidade. Tais valores podem ser representados numérica ou graficamente – numa escala cromática na qual as linhas mais acessíveis tendem ao vermelho, e as menos, ao azul. As linhas mais integradas são aquelas mais acessíveis e permeáveis do sistema urbano.

Como qualquer teoria, a TSE sofre críticas injustas, entre elas a de ser “determinista” (Holanda, 2019). Ela não o é. Ocorre que diversos estudos que partem da TSE confirmam que a arquitetura afeta a nossa vida ao criar um campo de possibilidades (que podem ou não ser exploradas) e um campo de restrições (que podem ou não ser superadas), a depender, em ambos os casos, da vontade e da capacidade dos sujeitos. Outra injustiça – a acusação da “matematização do óbvio” (ibid.) – ignora que importantes pesquisas sintáticas, como em *The Social Logic of Space*

(Hillier; Hanson, 1984), *O espaço de exceção* (Holanda, 2002) ou *Urbis Brasiliae* (Medeiros, 2013), apresentam extensas contribuições não quantitativas. Não estamos diminuindo a importância da pesquisa quantitativa; pelo contrário, os números têm muito a nos dizer sobre a realidade social – vale lembrar que, em tempos de pandemia, todos os olhares estavam voltados para os números.

Por outro lado, algumas críticas merecem ser reconhecidas e suas soluções incorporadas para a melhor compreensão da realidade urbana. Noutra oportunidade (Holanda, 2013), atentamos para a importância de, complementarmente à visão sintática, considerarmos as implicações semânticas da arquitetura. Existem “rótulos” que se sobrepõem à fisicalidade dos lugares (sua sintaxe), qualificando uma instituição e delimitando um domínio social: residências, escolas, hospitais. Assim, a arquitetura é portadora de significados culturais que não constituem “atributos diretamente legíveis nas estruturas físicas – são atributos semânticos” (ibid., p. 163). A arquitetura tem implicações sintáticas, contidas na configuração dos lugares, e semânticas, sobrepostas a essa configuração – e ambas incidem sobre a forma de apropriação dos lugares.

O estudo da Vila Planalto, em Brasília, localizada a 1,5 km da Praça dos Três Poderes e a 6,1 km da Plataforma Rodoviária (o centro funcional), evidencia a importância de considerarmos os atributos locais (Figuras 3, 4 e 5). A vila apresenta uma estratificação social muito próxima à da cidade, o que é notável se considerarmos a desigualdade que impera entre as regiões de Brasília. Dentro de um mesmo núcleo urbano, há “famílias de diferentes poderes aquisitivos, morando, sim, em diferentes casas, lotes, quadras, vias, mas constituindo um bairro contínuo. [...] A variedade edilícia e urbana determina (não receio o verbo) a variedade social” (id., 2020, p. 15). O caso da Vila Planalto exemplifica o papel dos atributos locais e a importância de considerá-los nas investigações urbanas.





Figura 3. Vila Planalto – variedade edilícia: renda baixa  
Fonte: Holanda (2022).



Figura 4. Vila Planalto – variedade edilícia: renda média  
Fonte: Holanda (2022).



Figura 5. Vila Planalto – variedade edilícia: renda alta

Fonte: Holanda (2022).

Estudo mais abrangente, que inclui outras localidades de Brasília<sup>1</sup> além da própria Vila Planalto (Holanda, 2020; 2022), corrobora as conclusões do estudo anterior. A análise de dez localidades evidenciou que, ainda que a correlação entre renda e distância do centro seja alta, precisamos observar também os pontos fora da curva, ou seja, aquelas localidades onde a distância do centro não explica a distribuição de renda. Nesses casos, ainda que a localização seja importante, o que justifica a variedade de renda são os diferentes tipos edilícios: por exemplo, tamanho dos lotes, casa ou apartamento e presença (ou não) de alguns atributos arquitetônicos, como garagem ou elevador. Nesse caso, a variedade tipológica está relacionada ao acesso das várias faixas de renda.

Medeiros (2013) reconhece as limitações da TSE e valoriza o que a diferença de outras teorias: o âmbito relacional. A TSE, ou a Análise Sintática do Espaço, como ele também a chama, chega ao nível da rua sem perder sua relação com a totalidade do espaço urbano; permite correlações com outros aspectos da cidade e da sociedade, como os socioeconômicos, resultando em análises complementares.

---

1. A saber: Lago Sul; Sudoeste “nobre”; condomínios horizontais no bairro Grande Colorado; Superquadra 103 Sul; Águas Claras “vertical”; Sudoeste “econômico”; Superquadras 409-412 Sul (Blocos JK); Recanto das Emas; e Recanto das Emas.

A TSE oferece instrumentos de representação e de análise do espaço que nos permitem quantificar os diferentes níveis de acessibilidade de cada rua. A teoria de certo não revela tudo sobre os espaços (nenhuma o faz), mas informa, de maneira possivelmente inédita, sobre a lógica das práticas sociais e sua relação com a configuração dos lugares onde ocorrem (Holanda, 2013).

#### 4. A teoria de Pierre Bourdieu

Seriam todos os recursos dos quais dispomos passíveis de serem convertidos em dinheiro, em capital econômico? Influência política pode ser convertida em cédulas? Relações sociais podem ser convertidas em transações financeiras? Diploma de nível superior pode ser convertido em crédito bancário? Para Pierre Bourdieu (1986), a dificuldade de converter determinadas práticas e determinados objetos em dinheiro se deve ao fato de essa conversão ser recusada pela própria intenção que produz essas práticas ou esses objetos. Para o sociólogo francês, seria impossível explicar o mundo social sem o capital em todas as suas formas – e não apenas a forma econômica. A noção de capital está relacionada a todo recurso ou poder que se manifesta em um campo social; vivemos a encenar capitais de vários tipos e de muitas maneiras.

Na tradição sociológica, particularmente na marxista, a sociedade é constituída por duas macroestruturas: a infraestrutura econômica (produção social) e a superestrutura político-ideológica (reprodução social), dentro das quais se distribuem as diferentes espécies de capital. Além do capital econômico, Bourdieu (2017) discorre sobre o capital cultural (qualificações educacionais) e o social (relações sociais), além do simbólico. Outras possíveis espécies de capital não são descartadas pelo sociólogo.

O capital econômico, inserido na infraestrutura econômica, está relacionado ao recurso proveniente da produção, circulação, distribuição e consumo de bens materiais e serviços. Quanto à superestrutura político-ideológica, propomos uma taxonomia que a faz conter o capital político, o ideológico e o cultural. Enquanto o primeiro refere à capacidade de tomar ou influenciar decisões, ou seja, exercer poder sobre si e sobre os outros, os outros dois estão relacionados a códigos universais e particulares, respectivamente (Figura 2). O capital simbólico é de “segunda ordem” e implica reconhecimento de um recurso: não simplesmente o reconhecimento do objeto a constituir o patrimônio material do indivíduo, mas de um signo que qualifica, e que portanto promove, a distinção.

Bourdieu (2017) defende a existência do capital cultural sob três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado. O capital cultural incorporado exige um trabalho de inculcação e de assimilação, que leva tempo e deve ser investido

pessoalmente – “é um ter que se tornou ser” (id., 1979, p. 4). O capital cultural objetivado, por outro lado, resulta da detenção de propriedades, como livros, pinturas e esculturas, que são transmissíveis em sua materialidade. Já o capital cultural institucionalizado se refere à detenção de diploma – “certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional” (ibid., p. 5).

Todo indivíduo possui um volume total de capital, o capital global, que resulta da distribuição das diferentes espécies de capital e que configura uma estrutura dentro do todo. Enquanto o volume global do capital implica a distinção entre as classes sociais, a estrutura evidencia divisões mais bem definidas dentro da própria classe, o que permite identificar frações de classe. Professores universitários e dirigentes de empresas estatais, por exemplo, podem ocupar uma mesma classe, uma vez que os respectivos volumes globais de capital podem ser semelhantes. No entanto, se olharmos para a estrutura desses capitais, o professor universitário possivelmente apresenta maior volume de capital cultural e menor volume de capital econômico, o contrário do que possivelmente ocorre no caso do dirigente da empresa estatal. São indivíduos de uma mesma classe, porém distribuídos em frações de classe distintas.

A partir da noção de capital, Bourdieu (ibid.) define um espaço social – que não significa o espaço fisicamente localizado do campo da arquitetura, mas uma representação abstrata da escala social – com três dimensões fundamentais: além do volume e da estrutura do capital, é considerada também a evolução no tempo dessas duas propriedades. Cada indivíduo ocupa determinada posição nesse espaço social, e cada posição só pode ser compreendida em relação às outras. O espaço social se configura como um sistema de diferenças, com pessoas ocupando posições diversas. O próprio espaço social, portanto, caracteriza-se como um espaço de distinção, no qual o volume e a estrutura de capital de cada indivíduo qualificam sua posição nesse espaço.

Durante sua trajetória, em termos da evolução no tempo do volume e da estrutura de seu capital, o indivíduo pode acumular capitais, mudar a estrutura deles e mudar de posição no espaço social. Os integrantes da classe média, por exemplo, direcionam seus recursos para a educação dos filhos (capital cultural), na esperança de que a próxima geração ascenda em direção à classe superior, com maior retorno de capital econômico. A hierarquia das diferentes espécies de capital, no entanto, não é estática, sendo objeto de disputa entre as frações de classe e podendo variar em determinadas conjunturas (ibid.).

A visão de mundo depende da posição ocupada por cada pessoa nesse espaço, de onde surge a vontade de transformar ou de conservar: “Posições sociais são lugares a defender e conquistar em um campo de lutas” (ibid., p. 229).

Surtem, então, as estratégias de reprodução, que são as práticas pelas quais o indivíduo tende a conservar ou aumentar seu patrimônio, e portanto conservar ou melhorar sua posição no espaço social. No entanto, todos os envolvidos fazem uso dessas estratégias, o que significa todos avançarem na mesma direção. Bourdieu defende que “a permanência pode ser garantida pela mudança e a estrutura perpetuada pelo movimento” (ibid., p. 159). É preciso modificar para conservar.

Sob a ótica bourdieusiana, o volume e a estrutura de capital, somados à trajetória social, implicam um *habitus*. Nas palavras do sociólogo, o *habitus* pode ser compreendido como o “princípio unificador e gerador das práticas, [...] forma incorporada da condição de classe e dos condicionantes que ela impõe” (ibid., p. 97). O *habitus* funciona como um sistema “de percepções, de apreciações e de ações” (id., 2003, p. 57), e, portanto, diferentes posições no espaço social resultam em diferentes *habitus*, ao passo que posições próximas resultam em *habitus* semelhantes. Afinidades imediatas resultam da identificação do *habitus* pelo *habitus*, e essa identificação contribui para a orientação dos encontros sociais (id., 2017).

Bourdieu (ibid.) defende que os indivíduos apreendem as práticas e os objetos a partir de esquemas de percepção e de apreciação de seus *habitus*, o que resulta em diferentes sentidos para uma mesma prática ou objeto. Essa noção está relacionada a ganhos extrínsecos diferenciais, ou seja, vantagens (sociais e econômicas, por exemplo) distintas, a depender da posição do indivíduo no espaço social. As variações das práticas, portanto, significam variações de percepção e de apreciação dessas vantagens, por exemplo, o gosto da classe dominante em praticar esportes em espaços reservados e separados (ibid.). Como afirma o francês: “[...] condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes [...]” (ibid., p. 164).

Produtos sistemáticos do *habitus*, os estilos de vida “[...] tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como ‘distintos’, ‘vulgares’ etc.” (ibid.). Na origem do estilo de vida, como abordado por Bourdieu (2017), encontramos o gosto, a propensão e a aptidão para se apropriar de determinado objeto ou prática, por apropriação material ou simbólica. Para o autor, gosto se discute, sim! A ideologia do gosto natural naturaliza diferenças reais, enquanto, na prática, os gostos se caracterizam como “marcadores privilegiados de classe” (ibid., p. 9).

O gosto transforma objetos e práticas em sinais distintivos. Nossas escolhas estão associadas a nossas posições no espaço social, carregando consigo valores distintivos ainda que sem qualquer intenção de distinção. Bourdieu (2017) defende a oposição entre o que ele denomina gosto de luxo (ou de liberdade) e gosto de necessidade, o primeiro vinculado à classe dominante e o segundo, à classe operária. O gosto de necessidade se refere à relação de privação, à posição inferior no espaço social, à detenção de menor capital global e implica um gosto por aquilo que se faz necessário aos indivíduos que estão naquela posição.

Bourdieu (ibid.) defende que três itens principais evidenciam mais fortemente a distinção: a alimentação, a cultura e a apresentação – entendendo por apresentação a maneira de posicionar e apresentar o corpo. Para o sociólogo, “o corpo é a objetivação mais irrecusável do gosto de classe, manifestado sob várias maneiras” (ibid., p. 179). O corpo, assim como o gosto, deve ser entendido como um produto social. O interesse que os indivíduos atribuem à apresentação de si mesmos “são proporcionais às oportunidades de lucros materiais ou simbólicos que podem esperar como retorno” (ibid., p. 194).

Bourdieu (2017) evidencia também a diferença entre forma e função: enquanto as frações de classe superiores estão interessadas na forma, as inferiores estão mais preocupadas com a função. Para a classe dominante, importa mais a apresentação do prato, por exemplo, enquanto para o operário a refeição deve alimentar bem, deve ter sustância, para que ele possa fazer seu trabalho braçal. O gosto de luxo se traduz no restaurante francês, com seu prato milimetricamente organizado, enquanto o gosto de necessidade se reflete no “marmitex”, com arroz, feijão e macarrão. Nessa lógica, “a oposição entre os gostos de luxo e os gostos de necessidade especifica-se em um número de oposições igual às diferentes maneiras de afirmar a distinção” (ibid., p. 174).

Para o estudioso francês, “o gosto é o que emparelha e assemelha coisas e pessoas que se ligam bem e entre as quais existe um mútuo acordo” (ibid., p. 225). Os indivíduos tendem a se aproximar de seus semelhantes, ou seja, de outros indivíduos que ocupam posições semelhantes no espaço social, ao mesmo tempo que se distanciam do diferente.

## 5. A dimensão espacial do capital

Na teoria de Bourdieu, apontamos a ausência da compreensão da arquitetura e da sociedade como fenômenos materiais (como artefatos): a sociedade enquanto fenômeno espacial constituído por corpos dispostos no espaço e no tempo e a arquitetura como algo constituído por volumes e espaços, cheios e vazios, barreiras e permeabilidades, opacidades e transparências.

Na Geografia Urbana, campo responsável pelos estudos do espaço urbano, a discussão sobre a dimensão espacial do capital culminou na delimitação de um conceito de capital espacial, inicialmente definido como um conjunto de recursos acumulados por um indivíduo que resulta na capacidade de acesso a lugares e a pessoas (Lévy, 2013; Rérat, 2018). Deter capital espacial significa acumular vantagens provenientes da dimensão espacial da sociedade, na qual a escala de apropriação dessas vantagens se apresenta como um elemento determinante (Lévy, 2013; Rérat, 2018): “As cidades são espaços de múltiplas velocidades, e um alto capital espacial

significa a maior apropriação e articulação das várias escalas” (Rérat, 2018, p. 2, tradução nossa).

O capital espacial não faz referência apenas ao local de residência do indivíduo ou à capacidade do indivíduo de se deslocar pela cidade. O conceito, cunhado na década de 1990 por Lévy (1994), distingue essas duas dimensões: o capital de posição e o capital de situação, respectivamente. O primeiro está relacionado a determinado local fixo e seus ativos espaciais, portanto, à importância do local de residência; já o segundo faz referência aos fluxos, ou seja, ao espaço apropriado pelo indivíduo a partir das suas possibilidades de mobilidade (Rérat, 2018).

O capital de posição abrange a localização; portanto, a configuração do espaço interfere diretamente nessa dimensão do capital espacial. Esse capital está intimamente relacionado ao local de residência, o que torna algumas regiões da cidade mais desejáveis e valorizadas que outras. Quanto ao capital de situação, alguns autores (Flamm; Kaufmann, 2004; Kaufmann; Viry; Widmer, 2010; Kellerman, 2012;; Rérat, 2018) desenvolveram o conceito de *motility* – a capacidade ou a facilidade de se mover. Essa noção, importada do campo da Biologia, diz respeito à maneira como um indivíduo se apropria das possibilidades de movimento de acordo com suas aspirações pessoais e abrange três enfoques: possibilidades, competências e apropriação.

O enfoque nas possibilidades está relacionado à acessibilidade no que diz respeito às redes de transporte, não apenas no que concerne à estrutura física, mas também aos serviços, incluindo preços e horários, entre outros fatores. São as possibilidades de movimento disponíveis para o indivíduo de acordo com o local e o tempo. Consequentemente, esse “portfólio de direitos de acesso” (Flamm; Kaufmann, 2004) também tem relação com o local de residência do sujeito (Rérat, 2018).

O enfoque nas competências, ou na aptidão para o movimento, está relacionado ao conhecimento e às habilidades do indivíduo, bem como à capacidade organizacional – fatores considerados necessários para planejar as atividades em termos espaciais e temporais. Condição financeira, capacidade física, posse de um automóvel ou de uma bicicleta, por exemplo, são exemplos de competências do indivíduo, que dizem respeito aos meios que ele possui para utilizar as possibilidades disponíveis.

Por fim, o enfoque na apropriação se refere ao próprio movimento e está relacionado à maneira como o indivíduo, a partir das competências que possui, apropria-se das possibilidades de que dispõe. Para Kellerman (2012), existem os motivos básicos de deslocamento, os movimentos diários e os “efeitos de atração” de lugares, eventos e pessoas. No momento da apropriação, além das possibilidades e competências, também interferem aspectos “sociais e culturais dos atores da

mobilidade, possivelmente gerando várias opções de modos de mobilidade para um movimento planejado específico, levando eventualmente à escolha de um modo de mobilidade específico ou à rejeição da mobilidade” (ibid., p. 175 – tradução nossa).

A maior ou menor detenção de capital espacial resulta em vantagens urbanas diferenciadas. Ao mesmo tempo, evidencia a distribuição desigual de recursos no espaço e na sociedade e resulta em maior ou menor domínio do indivíduo sobre a cidade, o que afeta escolhas espaciais em termos de localização e de mobilidade. A compreensão de fenômenos urbanos a partir do conceito de capital espacial exige olhar para a configuração urbana e ao mesmo tempo para a maneira como o indivíduo se apropria desse espaço e seu domínio das diferentes escalas. O capital espacial é um atributo do sujeito territorialmente imbricado (Apaolaza; Blanco, 2015; Blanco; Apaolaza; Rongvaux, 2015; Apaolaza *et al.*, 2016).

O capital espacial como abordado pela Geografia revela aspectos de apropriação diferenciada da cidade (ou dos lugares, de forma geral) pelos sujeitos. A seguir, veremos como a Arquitetura pode enriquecer essa abordagem, ao pormenorizar atributos morfológicos dos sítios, na escala maior do assentamento – por exemplo, a cidade como um todo – e na escala menor dos seus elementos – ruas, praças, prédios.

## 6. Capital arquitetônico

Propomos capital arquitetônico com um conceito abrangente que engloba os lugares apropriados em todas as escalas. A abordagem da Geografia foca mais nos meios para a apropriação dos lugares que nos atributos dos sítios em si, embora questões como localização sejam contempladas.

No entanto, carece voltarmos um pouco nas macroestruturas sociais. Vimos que, para a Sociologia, a sociedade é tradicionalmente vista como sendo constituída por duas estruturas: a infraestrutura econômica da produção de bens e serviços e a superestrutura político-ideológica. Propomos uma terceira: a estrutura socioespacial, constituída pela fisicalidade de nossos corpos e dos lugares nos quais eles se distribuem (sua sintaxe), assim como pelas categorias sobrepostas a essa fisicalidade (sua semântica). Sim, Bourdieu trata do capital social, referente às relações entre os sujeitos. Fazemos o mesmo, apenas frisando que é preciso entrar no mérito do desenho dos arranjos dos corpos no espaço – real ou virtual – e no tempo. Por isso, o capital social está localizado na macroestrutura socioespacial.

Por seu lado, arranjos de corpos são sempre posicionados em lugares concretos; e lugares são a outra face da macroestrutura socioespacial, aqui traduzidos no conceito de capital arquitetônico. De forma correlata àquela proposta pela Geografia, o capital arquitetônico diz respeito aos lugares, em várias escalas e com



desdobramentos que estão ausentes naquela disciplina. Assim, veremos que ele é constituído pelo capital espacial e pelo capital edilício (Quadro 1).

<b>Infraestrutura de produção de bens e serviços</b>
Economia: <i>Capital econômico</i>
<b>Superestrutura político-ideológica</b>
Política: <i>Capital político</i>
Ideologia: <i>Capital ideológico</i> <i>Capital cultural</i>
<b>Estrutura socioespacial</b>
<i>Capital social</i> <i>Capital arquitetônico (capital espacial + capital edilício)</i>

**Quadro 1. Macroestruturas sociais e capitais**

Fonte: Adaptado de Holanda (2022)

A estrutura socioespacial se inspira nos axiomas básicos da TSE, pelos quais a sociedade é constituída por corpos arranjados no tempo e no espaço e pelos lugares onde isso ocorre. Essencialmente, a teoria estuda as relações entre as duas instâncias. Em Bourdieu, o capital social é o “capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer ‘apoios’ úteis” (Bourdieu, 2017, p. 112). No marco teórico que propomos, ele está posicionado dentro da estrutura socioespacial, agora adicionalmente caracterizado como o sistema de encontros e esquivações, no espaço e no tempo: quem? Com quem? Fazem o quê? Onde? Quando? Durante quanto tempo?

A segunda instância, no marco teórico aqui proposto, é a dos lugares, leia-se, o capital arquitetônico (Quadro 1). A taxonomia se inspira em Milton Santos e suas categorias de fixos e fluxos a constituírem a cidade: “Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas” (Santos, 2014, p. 85). Dentro do capital arquitetônico, definimos o capital espacial, diferentemente daquele da Geografia Urbana, como os espaços de fluxos e de fixos de acesso irrestrito, enquanto o capital edilício está relacionado aos fixos de acesso restrito.

Os espaços de fluxos que constituem o capital espacial se referem ao “todo” urbano – o “global”, nos termos da TSE –, o que significa a apropriação da cidade globalmente: a qualidade de nossos movimentos não apenas em funções dos meios (como veem os geógrafos supramencionados), mas em função dos tipos de canal ao longo dos quais nos movemos, que correspondem aos logradouros de passagem

e de circulação de pessoas e cargas e, portanto, estão intimamente relacionados à configuração urbana, à inserção de uma via no todo urbano a que pertence. Da mesma forma, além da questão relacional (o forte da TSE), essa trama viária também é caracterizada por variáveis mais específicas, como a qualidade do pavimento, iluminação, arborização e semaforização. A cada sujeito social corresponde certo capital espacial de fluxos: a cada um de nós corresponde um desenho de cidade – aquela da qual nos apropriamos, nos momentos da vida cotidiana ou em momentos especiais. Quanto menor o tempo de deslocamento e maior o conforto dele, maior o nosso capital espacial de fluxos.

Os espaços de fixos abertos, de acesso irrestrito, por outro lado, correspondem às “partes” – ao “local”, nos termos da TSE. São os logradouros públicos de permanência, como parques, praças, ruas (enquanto espaços de permanência), jardins e largos. Quanto mais dispomos de lugares desse tipo de qualidade próximos à nossa residência ou de fácil acesso a partir dela, maior nosso capital espacial. Condomínios verticais de luxo nas cidades brasileiras buscam a proximidade desses logradouros públicos – um item a mais de valorização da moradia (Canedo; Medeiros; Gondim, 2019). Morar próximo ao centro ou em locais de maior acessibilidade corresponde a deter maior capital espacial, da mesma forma que dispor de infraestrutura urbana ou estar próximo a um parque ou a uma praça – a depender da qualidade desses espaços – também implica certo capital espacial.

Os espaços de fixos fechados, de acesso restrito, constituem o capital edilício, que, assim como os de fixos abertos, referem-se às “partes” – ao “local”, mas com a diferença de serem de acesso restrito. São os edifícios públicos ou privados, as residências e também os espaços livres privados, como clubes ou mesmo parques particulares, aos quais o acesso é permitido mediante algum recurso. Portanto, atributos locais – como a qualidade das edificações, a presença (ou não) de elementos arquitetônicos ou urbanos e de serviços, como tamanho do lote e da edificação e presença de garagem, varanda, elevador e piscina, por exemplo – acarretam maior ou menor capital edilício.

A noção de capital arquitetônico aponta para a necessidade de considerarmos a arquitetura, em suas diferentes escalas, como constituinte da sociedade e, também, como variável independente. A partir da teoria dos capitais de Bourdieu (2017), defendemos que a arquitetura deve ser entendida como um recurso ou ativo que se manifesta em um campo social, logo, uma espécie específica de capital – que não pode ser reduzida ao capital econômico, ainda que com ele se relacione. Acreditamos que, assim como as demais espécies de capital, o capital arquitetônico também constitui um estilo de vida e um *habitus*, que implicam gostos distintos e diferentes formas de nos posicionarmos na sociedade.

Para além do espaço social, pessoas com *habitus* semelhantes também tendem a se aproximar no espaço físico das cidades – ao mesmo tempo que tendem a se distanciar do diferente. A relação de aproximação ou de distanciamento no espaço social se reflete no espaço urbano, o que resulta na segregação socioespacial, não apenas em uma perspectiva estática, mas considerando também a dinâmica social, ou seja, as interações e os movimentos dos indivíduos que tendem a se encontrar ou a serem invisibilizados. Seremos detentores de maior ou menor capital arquitetônico – ou seja, os locais que frequentamos e como o fazemos – implica distintas formas de apropriação da cidade, logo, distintos *habitus*.

## 7. Considerações finais

A proposta de inclusão da estrutura socioespacial na constituição da sociedade, junto com a infraestrutura de produção de bens e serviços e a superestrutura político-ideológica, tem suas bases na TSE, que compreende que a maneira como nos organizamos no espaço e como organizamos os lugares constituem uma macroestrutural social, dentro da qual diferentes espécies de capital se distribuem, como defendido por Bourdieu em suas obras, uma vez que o mundo social não pode ser explicado sem o capital em todas as suas formas. O sociólogo francês, no entanto, pouco se refere à espacialidade.

Se por um lado a TSE nos brinda com a noção de que organizamos socialmente o espaço e somos espacialmente organizados como sociedade, trazendo a dimensão espacial para o primeiro plano, ela trata os sujeitos somente mediante categorias muito amplas – gênero, geração, classe social. Ao incorporarmos a contribuição de Bourdieu, os sujeitos sociais se tornam mais matizados, evidenciando diversas formas de apropriação dos lugares. Por outro lado, Bourdieu contribui com a construção do capital arquitetônico ao identificar o sujeito e o posicionar em um espaço social caracterizado por ser um sistema de diferenças. A arquitetura, variável independente, como a defendemos, em todas as suas escalas, também interfere na forma como cada indivíduo encena seus capitais. A noção de capital arquitetônico surge a partir dessa compreensão.

O capital arquitetônico se refere ao todo e às partes, nos termos da TSE. Milton Santos, com a noção de fixos e fluxos, contribui com sua teoria para o capital arquitetônico, composto pelo capital espacial (fixos e aos fluxos de acesso irrestrito) e pelo capital edilício (fixos de acesso restrito). Ao mesmo tempo que indivíduos distintos detêm diferentes condições materiais de viver na cidade e variadas possibilidades de movimento, as cidades se tornam também um sistema de diferenças, no qual o espaço social se manifesta. Onde moramos e como moramos, os locais que frequentamos e como nos deslocamos dizem muito sobre quem somos enquanto indivíduos diversos e distintamente posicionados na sociedade.

## Referências

- APAOLAZA, R.; BLANCO, J. Sobre capacidades, experiencias y posibilidades de uso y apropiación de la ciudad: breve estado del arte del concepto de capital especial. *XI Jornadas de Sociología*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2015.
- APAOLAZA, R.; BLANCO, J.; LERENA, N.; LÓPEZ-MORALES, E.; LUKAS, M.; RIVERA, M. Transporte, desigualdad social y capital especial: análisis comparativo entre Buenos Aires y Santiago de Chile. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, v. 20, n. 56, set. 2016.
- BAFNA, S. Space Syntax: A Brief Introduction to Its Logic and Analytical Techniques. *Environment and Behavior*, v. 35, n. 1, p. 17-29, 2003.
- BLANCO, J.; APAOLAZA, R.; RONGVAUX, N. L. Gentrificación, movilidad y capital espacial: una exploración del barrio de Parque Patricios, Buenos Aires. *Conferencia Anual COES 2015. Conflictos urbanos y territoriales: desafiando la cohesión social*. Santiago, Chile, 17-20 nov. 2015.
- BOURDIEU, P. *Os três estados do capital cultural*. Trad. Magali de Castro. Rev. téc. Maria Alice Nogueira. Petrópolis: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. The Forms of Capital. In: Richardson, J. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 241-58.
- \_\_\_\_\_. Esboço de uma Teoria da Prática. In: Ortiz, R. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. – São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. rev. 4. reimpr. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- CANEDO, N.; MEDEIROS, V.; GONDIM, M. A ocupação da “elite” na capital goiana: um estudo da mobilidade habitacional. *XVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur)*. Natal, 2019.
- CHIARADIA, A.; MOREAU, E.; RAFORD, N. Configurational Exploration of Public Transport Movement Network: A Case Study, the London Underground. 5TH INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 2005, Delft. *Proceedings...* Delft: Section of Urban Renewal and Management, Faculty of Architecture, TU Delft, 2005, v. 1, p. 541-52, 2005.
- FLAMM, M.; KAUFMANN, V. Operationalising the Concept of Motility: A Qualitative Exploration. *Mobility and Social Differentiation of the 32 Kongress der Deutschen Gesellschaft für Soziologie*. Munich, 7 out. 2004.
- HANSON, J.; HILLIER, B. The Architecture of Community: Some New Proposals on the Social Consequences of Architectural and Planning Decisions. *Arch. & Comport/Arch. Behav.*, v. 3, n. 3, p. 251-73, 1987.
- HILLIER, B.; HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Londres: Cambridge University Press, 1984.
- HILLIER, B.; PENN, A.; GRAJEWSKI, T. X. J. Natural Movement: or, Configuration and Attraction in Urban Pedestrian Movement. *Environment and Planning B: Planning and Design*. Londres: Pion Publication, v. 20, n. 1, p. 29-66, 1993.

- HOLANDA, F. *O espaço de exceção*. Brasília: EdUnB, 2002.
- \_\_\_\_\_. Arquitetura sociológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, p. 115-29, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Brasília: cidade moderna, cidade eterna*. Brasília: FAU UnB, 2010.
- \_\_\_\_\_. *10 mandamentos da arquitetura*. Brasília: FRBH, 2013.
- \_\_\_\_\_. Arquitetura e sociedade como artefatos. In: Oliveira, Vítor (Org.). *Diferentes abordagens em morfologia urbana*. Porto: Universidade do Porto, 2018. Versão digital disponível em: <http://vitoroliveira.fe.up.pt/uf-ebooks>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Construtores de mim*. Brasília: FRBH, 2019.
- \_\_\_\_\_. Inclusão e exclusão em Brasília. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12, 2020.
- \_\_\_\_\_. O verdadeiro, o bom e o belo. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 10, n. 2, Rede Lusófona de Morfologia Urbana, Porto, jul. 2022. Disponível em: <http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/266>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- KAUFMANN, V.; VIRY, G.; WIDMER, E. D. MOTILITY. SCHNEIDER, N. F.; COLLET, B. (Eds.). *Mobile Living Across Europe II: Causes and Consequences of Job-Related Spatial Mobility in Cross-National Comparison*. Leverkusen: Verlag Barbara Budrich, 2010.
- KELLERMAN, A. Potential Mobilities. *Mobilities*, v. 7, n. 1, p. 171-83, 2012.
- KRONENBERGER, B.; SABOYA, R. Entre a servidão e a beira-mar: um estudo configuracional da segregação socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (ACF), Brasil. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, 2019.
- LÉVY, J. *L'espace légitime: sur la dimension géographique de la fonction politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.
- \_\_\_\_\_. Capital spatial. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, p. 147-9, 2013.
- LOUREIRO, V.; MEDEIROS, V. A lógica socioespacial da favela. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 7, p. e00077, 2019.
- MEDEIROS, V. *Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras*. Brasília: EdUnB, 2013.
- PENN, A.; HILLIER, B.; BANISTER, D.; XU, J. P. Configurational Modelling of Urban Movement Networks. In: *Environment and Planning B: Planning and Design*. Londres: Pion Publication, v. 25, n. 1, p. 59-84, 1998.
- RÉRAT, P. Spatial Capital and Planetary Gentrification: Residential Location, Mobility and Social Inequalities. In: Lees, L; Phillips, M. *Handbook of Gentrification Studies*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2018.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

### **Bruna da Cunha Kronenberger**

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PósARQ/UFSC). Especialista em Geoprocessamento Ambiental pelo Instituto de Geociências da UnB. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UnB. Integra o Grupo de Pesquisa Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização (Dimpu), o Laboratório de Configuração Arquitetônica (ConfigARQ) e o Centro de Estudos de Espaços Públicos (Ceep). Atualmente, atua com professora voluntária na FAU/UnB e como arquiteta na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) de Brasília.

**Email:** brunakron@gmail.com

**ORCID:** 0000-0003-4458-1137

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Administração do Projeto; Escrita – Primeira Redação.

### **Frederico Rosa Borges de Holanda**

Arquiteto pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 1966). PhD em Arquitetura pela Universidade de Londres (1997). Professor titular aposentado, pesquisador colaborador sênior e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), onde leciona desde 1972. Autor dos livros *O espaço de exceção* (2002) – baseado em tese de doutorado

homônima e vencedor do Prêmio Anpur Rodrigo Simões de tese de doutorado em 1998; *Brasília: cidade moderna, cidade eterna* (2010) – vencedor do Prêmio Anparq na categoria “Livro”; *Exceptional Space* (2011); *Oscar Niemeyer: de vidro e concreto / Of Glass and Concrete* (2011) – edição bilingue português-inglês; *10 mandamentos da arquitetura* (2013); e *Construtores de mim* (2019). Organizador das obras *Arquitetura & Urbanidade* (2003); e *Ordem e desordem: arquitetura e vida social* (2012). Fundou uma editora FRBH que já conta com dez títulos publicados de arquitetura e de literatura, de autores da UnB e de colegas de outros Institutos Federais de Educação (Ifes). Dedicar-se à realização de filmes sobre arquitetura e cultura – da coleção, 131 títulos estão disponíveis *online*. Investiga relações entre configuração edilícia e urbana, uso dos espaços pelas categorias sociais (classes, gêneros e gerações) e segregação socioespacial. Coordena o grupo de pesquisa *Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização* e atua como pesquisador sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Email:** fredholanda44@gmail.com

**ORCID:** 0000-0002-3592-2246

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Revisão e Edição.

**Submissão:** 26 de abril de 2024.

**Aprovação:** 30 de agosto de 2024.

**Como citar:** KRONENBERGER, B. de C.; HOLANDA, F. R. B. de. Sobre capital e arquitetura: o capital arquitetônico na constituição da sociedade. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 26, E202442pt, 2024. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202442pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY)  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>